# EDITAL PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

PROCESSO LICITATÓRIO № 007/2023 PREGÃO ELETRÔNICO № 004/2023 EDITAL № 004/2023 NO WWW.LICITANET.COM.BR

A Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande, por intermédio do Pregoeiro Mannix de Azevêdo Ferreira, nomeado pela Portaria Nº 002/2023, de 02 de janeiro de 2023, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará, licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, autorizada no Processo Licitatório Nº 004/2023, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1 – DA REGÊNCIA LEGAL

1.1 Este Pregão reger-se-á pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002; pelo Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no Decreto Municipal Nº 005/2017, de 13.01.2017, no Decreto Municipal Nº 065/2021, de 02.12.2021, no Decreto Municipal Nº 039/2022, de 24.08.2022, Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, atualizada pela Lei Complementar Nº 147, de 07.08.2014, aplicando subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, pela legislação pertinente e pelas condições previstas neste Edital e seus Anexos.

## 2 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DO TEMPO

- 2.1 Recebimento das Propostas a partir do dia 31 de janeiro de 2023 às 07h00min até o dia 10 de fevereiro de 2023 às 07h59min.
- 2.2 Abertura das Propostas: 10 de fevereiro de 2023 às 08h00min
- 2.3 Início da sessão de disputa de preços: 10 de fevereiro de 2023 às 08h20min
- 2.4 O fornecedor deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa.
- 2.5 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao Certame.
- 2.6 Formalização de consultas: observado o prazo legal, o fornecedor poderá formular consulta através do próprio sistema no campo "mensagens", ou pelo número (81) 3537.1140 Ramal 27. As consultas serão respondidas diretamente no sítio <a href="www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>, no campo "mensagens", no link correspondente a este Edital.

## 3 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 3.1 O Pregão será realizado em sessão pública, por meio dos recursos da tecnologia da informação INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do Certame.
- 3.2 Os trabalhos serão conduzidos por Servidor Público designado através de ato interno, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "LICITANET", constante da página eletrônica da Licitanet Licitações Eletrônicas, coordenadora do sistema.

- 4.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços por item, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futura Aquisição com entrega parcelada de Acessórios e Instrumentos Musicais destinados as Bandas Marciais das Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:
- 4.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultandose ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.
- 4.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 4.4 Os itens com a descrição, quantitativos e valores estimados, estão assim relacionados e especificados:

	D	Of the DD	Hadda da	Our of deads	Valor	Valor
Item	Descrição	Código BR	Unidade	Quantidade	Unitário R\$	Total R\$
01	Bag para bateria extra luxo	BR466867	Unidade	01	1.530,20	1.530,20
02	Banco para bateria acustica	BR469134	Unidade	01	494,64	494,64
03	Baqueta para caixa marfim	BR445341	Par	10	36,74	367,40
04	Baquetas para bateria 5 A Hickory	BR445341	Par	20	52,05	1.041,00
05	Baquetas para bateria 7 A Hickory	BR445340	Par	08	47,80	382,40
06	Baquetas para surdo atabaque	BR445340	Par	20	21,93	438,60
07	Bateria acústica	BR467138	Unidade	01	7.061,30	7.061,30
08	Bocais para trombone calibre fino	BR486030	Unidade	03	127,52	382,56
09	Bocais para trompete 18 C	BR486030	Unidade	03	91,81	275,43
10	Bocal para trombone fino 6 1/2	BR486030	Unidade	04	127,52	510,08
11	Bocal para trompete 14A4A	BR486030	Unidade	03	969,13	2.907,39
12	Bocal para trompete 3C	BR486030	Unidade	06	91,81	550,86
13	Boquilhas para sax alto Eb 7	BR601326	Unidade	03	805,91	2.417,73
14	Braçadeira para clarinete	BR601322	Unidade	04	79,96	319,84
15	Braçadeira para sax alto	BR601322	Unidade	03	79,96	239,88
16	Cabos para baixo	BR600069	Unidades	04	51,01	204,04
17	Caixas para bateria 14 por 6	BR485291	Unidades	04	632,48	2.529,92
18	Caixas para bateria de 13 por 6 1/2	BR485291	Unidades	04	591,68	2.366,72
19	Case completo para bateria	BR466867	Unidade	01	693,34	693,34
20	Case de fibra para pratos	BR466867	Unidade	01	846,36	846,36
21	Case para ferragens de bateria	BR466867	Unidade	01	280,19	280,19
22	Case para sax alto em ABS-GC	BR466867	Unidade	03	356,70	1.070,10
23	Case para sax tenor em ABS-GC	BR466867	Unidade	02	452,34	904,68
24	Clarinetes Bb	BR442154	Unidade	04	1.562,29	6.249,16
25	Congas compactas	BR485496	Par	01	1.887,25	1.887,25
26	Contra baixo 5 cordas	BR441711	Unidade	01	4.704,53	4.704,53
27	Corneta HI11-25	BR341942	Unidade	02	295,84	591,68
28	Correia para sax alto 75A402	BR467328	Unidade	06	161,20	967,20
29	Creme para vara de trombone	BR465371	Unidade	06	45,26	271,56
30	Cremes para vara de trombone	BR465371	Unidade	15	45,26	678,90
31	Cubo para baixo	BR472008	Unidade	01	1.122,15	1.122,15
32	Cubo pata guitarra	BR472007	Unidade	01	936,72	936,72
33	Encordoamento para guitarra 09	BR445365	Unidade	06	22,55	135,30
34	Encordoamentos extra leve para baixo 5C	BR445366	Unidade	05	77,28	386,40
35	Estante Girafa BC 930	BR466844	Unidade	01	358,77	358,77
36	Estante girafa para pratos	BR466844	Unidade	03	358,77	1.076,31
37	Estante PES0040 madeira para maestro	BR293220	Unidade	01	210,12	210,12
38	Estantes para partituras PES0090	BR293219	Unidade	40	81,61	3.264,40
39	Esticador de esteiras automático para caixa	BR293219	Unidade	03	81,61	244,83
40	Flauta transversal	BR442156	Unidade	05	6.518,65	32.593,25
41	Guitarra Semi Acústica	BR600821	Unidade	01	3.570,47	3.570,47
42	Lubrificantes para pistos	BR465372	Unidade	15	46,33	694,95
43	Maçaneta para surdo bumbo cabo longo	BR601341	Unidade	10	16,32	163,20
44	Maçanetas para bumbo	BR601341	Par	20	32,64	652,80
45	Máquina de chimbal Hi-hat H930 para bateria	BR486090	Unidade	01	448,23	448,23

46	Mesa de som 12 canais analógica MG12 XUK	BR485801	Unidade	01	4.641,61	4.641,61
47	Microfone SN58 com fio	BR470834	Unidade	02	1.354,49	2.708,98
48	Óleo synthetic light para trompete	BR465372	Unidade	10	138,67	1.386,70
49	Palhetas para clarinete Bb Nº 2 1/2	BR445363	caixa	12	374,49	4.493.88
50	Palhetas para clarinete Bb Nº 3	BR445363	caixa	13	374,49	4.868,37
51	Palhetas para clarinete Bb Nº 3	BR445363	caixa	07	374,49	2.621,43
52	Palhetas para sax soprano Nº 02 1/2	BR465344	caixa	03	397,85	1.193,55
53	Palhetas sax alto Eb Nº 2 1/2	BR465344	caixa	14	479,46	6.712,44
54	Palhetas sax alto Eb No 3	BR473281	caixa	06	459,48	2.756,88
55	Palhetas sax soprano Bb Nº 3	BR473281	caixa	06	382,97	2.297,82
56	Palhetas sax tenor Bb Nº 2 1/2	BR473282	caixa	14	329,35	4.610,90
57	Palhetas sax tenor Bb No 3	BR473282	caixa	08	329,35	2.634,80
58	Pandeiro	BR289110	Unidade	01	867,11	867,11
59	Pedestal para microfones	BR456779	Unidade	02	111,63	223,26
60	Peles de fibras para bongô	BR600396	Unidade	02	149,54	299,08
61	Peles hidráulicas Nº 14	BR466858	Unidade	10	58,62	586,20
62	Peles hidráulicas Nº 20	BR473364	Unidade	08	91,42	731,36
63	Peles hidráulicas Nº 22	BR472276	Unidade	80	109,04	872,32
64	Peles hidráulicas para bateria (10,12/13/16,22)	BR466866	Set	02	286,29	572,58
65	Peles Porosas Nº 14	BR466858	Unidade	16	49,58	793,28
66	Prato China 16	BR486126	Unidade	01	673,29	673,29
67	Prato Crash 16	BR486126	Unidade	01	622,28	622,28
68	Prato Nº 20 para bateria	BR485287	Unidade	01	927,08	927,08
69	Prato Splash de 10	BR467329	Unidade	01	295,84	295,84
70	Sax alto AS 501	BR468671	Unidade	01	26.846,03	26.846,03
71	Sax barítono SB 506	BR473289	Unidade	01	19.948,25	19.948,25
72	Sax soprano Bb	BR473287	Unidade	02	4.478,60	8.957,20
73	Sax tenor Bb	BR468670	Unidade	02	16.700,28	33.400,56
74	Semicase super luxo em couro para trombone de vara	BR466867	Unidade	05	340,18	1.700,90
75	Trombone Baixo; Série Profissional, YBL-620G; Afinação: Bb/F/Eb & Bb/F/D, Material da Campana: Gold brass; Diâmetro da campana: 241mm (9 1/2); Calibre: LL: 14.3mm (0.563); Bocal: BL-58L; com estojo. Obs: Serão aceitos instrumentos com características técnicas iguais ou superiores ao edital. O modelo citado serve apenas como referência.	BR458622	Unidade	01	9.691,27	9.691,27
76	Trombone com rotor	BR458622	Unidade	02	3.252,33	6.504,66
77	Trombone QSL 403	BR468368	Unidade	04	4.488,59	17.954,36
78	Trombones de vara	BR442053	Unidade	03	2.187,92	6.563,76
79	Trompete Bb	BR468379	Unidade	04	17.212,92	68.851,68
80	Trompete	BR458621	Unidade	02	7.509,32	15.018,64
81	Tweetter ST400	BR265596	Unidade	02	859,08	1.718,16

Total Geral: R\$ 354.569,35 (Trezentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

## **5-DO CREDENCIAMENTO**

- 5.1. As Pessoas Jurídicas ou Firmas Individuais deverão estar credenciadas, de forma direta ou através de empresas associadas à LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.
- 5.2. O Credenciamento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:
  - a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto ao Sistema, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS;

- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS.
- 5.3. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Licitanet Licitações Eletrônicas, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Licitanet Licitações Eletrônicas e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Licitanet Licitações Eletrônicas.
- 5.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

### 6- DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 6.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços cadastradas no sistema;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor:
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- i) elaborar a ata da sessão:
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- I) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.
- 6.2. Quanto às alíneas "c" e "d" do item anterior, trata-se das propostas de preços iniciais ofertados para determinado item/lote, disponibilizada em campo do próprio sistema, sem a "prévia" identificação da empresa licitante.
  - 6.2.1. Tal proposta cadastrada no sistema, não se confunde com a proposta de preços devidamente preenchida e assinada que deve acompanhar os documentos de habilitação.

## 7- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1 A presente licitação destina-se EXCLUSIVAMENTE à participação de MICROEMPRESA ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, que devidamente atendam às exigências do edital e seus anexos, que tenham ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.
- 7.2 Não ocorrendo a adjudicação do objeto da contratação na forma do item anterior, será admitida nesta licitação licitantes não qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte, procedendo-se na forma do item 6 deste Edital.
- 7.3 Não serão admitidas empresas que não se enquadrem na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3.º da Lei Complementar n.º 123 de 14.12.2006.

- 7.4 Não serão admitidas empresas que mesmo enquadrada nos limites de faturamento descritos no artigo 3º, se encontrem em alguma das situações descritas no Parágrafo Quarto do referido artigo terceiro.
- 7.5 Não serão admitidas empresas em consórcio nem as que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a administração Pública, ou ainda as declaradas inidôneas.
- 7.6 Fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica que haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea.

É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais.

## 8- DO CRADASTRO NO SISTEMA LICITANET - LICITAÇÕES ELETRÔNICAS

- 8.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada ao LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <a href="https://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a>;
- 8.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 8.3. O acesso do operador ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços juntamente com toda documentação exigida, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 8.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS.
- 8.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS nem à administração municipal, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 8.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## 9- DA PARTICIPAÇÃO

- 9.1. A participação no Pregão, na forma eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.
- 9.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 9.4. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e atendam todas as exigências que aqui constem.
  - 9.4.1. É possível a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93. (**Acórdão 8.271/2011 2ª Câmara** do Tribunal de Contas da União).
- 9.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto Municipal N° 039/2022.
- 9.6. Não poderá participar empresa declarada inidônea ou cumprindo pena de suspensão, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
  - 9.6.1. Pessoas Jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público ou que estejam impedidas de licitar, ou contratar com a administração pública, ou com qualquer de seus órgãos descentralizados, quais sejam:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS:
- b) Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON;
- c) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF;
- **d)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça CNJ;
- e) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo:
- f) Reunidos sob forma de consórcio;
- **g)** Mantendo qualquer tipo de vínculo profissional com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- h) Autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica isoladamente ou em consórcio, sejam responsáveis pela elaboração do projeto básico, ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsáveis técnicos ou subcontratados;
- i) De empresas cujos sócios ou diretores pertencam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante:
- j) Que seja sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- **k)** De licitantes que estiverem enquadradas, no que couberem, ao disposto no artigo 9º, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores atualizações;
- I) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 9.7. Não poderá participar empresa que não explore ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação.
- 9.8. Quando um dos sócios representantes ou responsável (eis) técnicos (as) da licitante participar de mais de uma empresa especializada no objeto desta Licitação, somente uma delas poderá participar do certame licitatório. Caso não seja feito a escolha pelo sócio representante ou responsável técnico ambas serão excluídas do certame.
- 9.9. É vedado ao servidor do órgão e/ou entidades da Administração Pública Municipal de Chã Grande PE, Autarquias, Empresas Públicas ou Fundações, instituídas ou mantidas pelo Poder Público Municipal, participar como licitante, direta ou indiretamente por si, por interposta pessoa, dos procedimentos desta Licitação.

9.10. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: **(34) 2512-6500** – **opção 2**, ou através da LICITANET – LICITAÇÕES ONLINE ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br

## 10 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta de preços devidamente preenchida e com a descrição do objeto ofertado e com o preço, juntamente com os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 10.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 10.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 10.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 10.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 10.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 10.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### 11 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 11.1.1. Valor unitário do Item:
  - 11.1.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;
  - 11.1.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;
  - 11.1.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
  - 1.1.5. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

# 12 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 12.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 12.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 12.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 12.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 12.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 12.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 12.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor Unitário do Item.
- 12.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 12.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 12.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta não terá valor especificado, ficando a critério do licitante a sua livre escolha de valor.
- 12.12. O modo de disputa utilizado será o "MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO", nos termos do art. 31, II, e art. 33 do Decreto Federal N° 10.024/2019.
- 12.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 12.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 12.15. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 12.15.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 12.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 12.17. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores,

haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 12.18. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 12.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 12.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 12.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 12.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 12.23. O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 12.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 12.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 12.26. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 12.27. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 12.28. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 12.29. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 12.30. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

- 12.31. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
  - 12.31.1. No país;
  - 12.31.2. Por empresas brasileiras:
  - 12.31.3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 12.31.4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 12.32. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 12.33. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 12.34. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.
- 12.35. Após a fase de lances e de negociação, se o valor final de cada item for igual ou inferior a 50% do valor médio, inicialmente estimado, será solicitada a composição de preços, sob pena de desclassificação, caso o licitante não apresente tais composições dentro de prazo estabelecido dentro da própria sessão eletrônica.
  - 12.35.1. A finalidade e o embasamento para a exigência do item anterior, é a busca pela garantia de uma execução contratual segura para a administração pública.

#### 13 - DO DECRETO № 039, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

- 13.1. Acerca do Decreto Municipal Nº 039/2022 (regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME's, EPP's, MEI's, Agricultores Familiares, Produtores Rurais e Sociedades Cooperativas nas contratações públicas no âmbito da administração pública municipal), serão beneficiados pelo mesmo, empresas/licitantes de âmbito local e/ou regional, conforme comprovação/declaração apresentada pelas mesmas, que se enquadram nessa condição e requerem tal benefício.
- 13.2. De modo a atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 47 da Lei Complementar Federal N° 123/2006, os benefícios referidos nesta lei poderão priorizar a contratação com ME's e EPP's sediadas local ou regionalmente, podendo pagar preço superior ao melhor preço válido, até o limite de 10% (dez por cento).
  - 13.2.1. Aplica-se o disposto no item 13.2 nas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME's e EPP's sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço ofertado.

## 13.3. Considera-se:

- a) Âmbito local: limites geográficos do Município de Chã Grande PE.
- b) Âmbito regional compreendendo as seguintes regiões:
   Macrorregião: os seguintes Municípios: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho,
   Camaragibe, Chã de Alegria, Glória de Goitá, Fernando de Noronha, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá,

Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Pombos, Recife, São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão.

**Mesorregião:** os seguintes Municípios: Agrestina, Altinho, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Bonito, Cachoeirinha, Calçado, Camocim de São Félix, Caruaru, Cumaru, Gravatá, Ibirajuba, Jucati, Jupi, Lajedo, Passira, Riacho das Almas, Sairé, Sanharó, São Bento do Uma, São Caetano, São Joaquim do Monte, Surubim, Tacaimbó.

- c) **Microrregião:** os seguintes Municípios: Água Preta, Amaraji, Angelim, Barreiros, Belém de Maria, Canhotinho, Catende, Cortês, Cupira, Escada, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Jurema, Lagoa dos Gatos, Maraial, Palmeirina, Panelas, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Tamandaré, Xexéu; e
- 13.3.1. A administração "poderá" estabelecer prioridade de contratação para as ME's e EPP's, sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, de acordo com o artigo 48, §3°, da Lei complementar № 123/2006;
- 13.3.2. Para efeito dos benefícios do Decreto Municipal N° 039/2022, a prioridade será para as ME's e EPP's sediadas em Chã Grande PE;
- 13.3.3. Não tendo ME ou EPP sediada no Município de Chã Grande PE, cuja proposta esteja no limite de 10% (dez por cento) previsto no subitem anterior, a prioridade poderá ser dada para as ME's e EPP's regionais e, em último caso, aquelas sediadas em Municípios situados no Estado de Pernambuco, seguido pelos demais Estados da Federação.
- 13.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
  - 13.4.1. Na modalidade Pregão, entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas ME's e EPP's sejam iguais ou até 5% superiores ao menor preço;
  - 13.4.2. O disposto no item 13.4 somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por ME ou EPP:
  - 13.4.3. A preferência que trata o item 13.4 será concedida da seguinte forma:
    - I Ocorrendo empate, a ME ou EPP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor:
    - II Não ocorrendo à contratação da ME ou EPP, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
    - III No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME's ou EPP's que se encontre em situação de empate, será realizado sorteio entre elas (via sistema LICITANET) para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
    - IV Não se aplica o sorteio citado na alínea III, quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lance do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados de acordo com a ordem de apresentação pelos licitantes;
    - V Após o encerramento dos lances, a ME e EPP melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta em prazo estabelecido pela comissão deste órgão, na própria sessão eletrônica.
- 13.5. Para os fins dispostos no Decreto Municipal Nº 039/2022, o enquadramento como:
  - a) ME ou EPP se dará nos termos do artigo 3°, caput, incisos I e II, e parágrafo 4° da Lei Complementar Nº 123/2006;
  - b) MEI se dará nos termos do parágrafo 1° do artigo 18-A da Lei Complementar Nº 123/2006.
- 13.6. Nas licitações para aquisições de bens de natureza "divisível" (e quando o item possuir valor estimado acima R\$ 80.000,00), desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, o

Pregoeiro/Equipe de Apoio reservará cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de ME e EPP.

- 13.6.1. Para o disposto no item 13.6, a prioridade concedida pelo Decreto Municipal N° 039/2022 será aplicada apenas na COTA RESERVADA para contratação exclusiva de ME's e EPP's.
- 13.7. A empresa licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de ME ou EPP quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no artigo 3º da Lei Complementar Nº 123/2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto Municipal N° 039/2022.
- 13.8. Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado, a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como ME, EPP ou MEI, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar N° 123/2006.

### 14 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 14.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto Federal Nº 10.024/2019.
- 14.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 TCU Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 14.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 14.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 14.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 14.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sob pena de não aceitação da proposta.
- 14.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 14.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 14.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 14.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

- 14.11. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 14.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 14.13. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 14.14. Para os itens que foram divididos em cota reservada e cota principal, os valores finais deverão ser os mesmos, respectivamente.
  - 14.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

#### 15 – DA HABILITAÇÃO

- 15.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 15.1.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).
  - 15.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
    - 15.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
    - 15.1.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
    - 15.1.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
  - 15.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
  - 15.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 15.2 A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SERÁ EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA, CONFORME ART. 26, DO DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019. (O NÃO ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA ACARRETARÁ NA INABILITAÇÃO DA EMPRESA).

- 15.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhálos, em formato digital, via e-mail, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 15.4 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 15.5 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
  - 15.5.1Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 15.6 Ressalvado o disposto no item 8.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
  - 15.6.1 A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação:
- a) Para **Empresas Individuais**: Declaração de constituição registrada na Junta Comercial acompanhada das respectivas alterações, quando houver;
- b) Para **Sociedade Empresária**: Ato constitutivo, ou contrato social em vigor, e deverá estar devidamente consolidado e acompanhado das posteriores alterações, se houver (Lei Federal nº 11.127, de 28 de junho de 2005);
- c) Para **Sociedade por Ações** (sociedade empresária do tipo S/A): ato constitutivo e alterações subsequentes, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores, em exercício;
- d) Para **Sociedade Civil** (sociedades simples): Inscrição do ato constitutivo e alterações subsequentes devidamente registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Para **Empresa ou Sociedade Estrangeira** em funcionamento no País: Decreto de autorização e ato de registro e autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Certidão Simplificada, emitida pela junta comercial competente, e/ou Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm">http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm</a> com data de GERAÇÃO e EXPEDIÇÃO dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação.
  - 15.6.2 A **Regularidade Fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Prova e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal Municipal emitida pela Prefeitura Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- c) Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa, da **Dívida Ativa da União e da Fazenda Federal**, atualizada, conforme o disposto no Decreto nº 8.302/2014 e Portaria nº 358/2014/MF;

- d) Certidão Negativa de Débitos (**CND**), expedida pelo **INSS**, atualizada, podendo ser apresentada conjuntamente com a Certidão de que trata o subitem 15.6.2 alínea "c" do Edital, conforme estabelece a Portaria RFB/PGFN nº 1751/2014;
- e) Certidão de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS);
- f) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho.
  - 15.6.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
  - 15.6.2.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
  - 15.6.2.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto no **item 15.6.2.2**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7 da Lei Nº 10.520/02 sendo facultado a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
  - 15.6.3 A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **INCLUSIVE**, processos eletrônicos (PJ-e) de 1º e 2º grau; com data de expedição ou revalidação dos últimos **90 (noventa) dias** anteriores à data da realização da licitação, prevista no **subitem 2.3 deste Edital**, caso o documento não consigne prazo de validade.
  - a.1) Nas comarcas onde não houver Processo Judicial Eletrônico (PJ-e), o licitante deverá apresentar declaração comprobatória expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, sob pena de Inabilitação.
- b) Balanço e demonstrações contábeis com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento, autenticados e registrados (chancelado) na Junta Comercial do Estado da sede da Licitante referentes ao último exercício social, que demonstrem resultados superiores a 1 (um) para os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG). (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 02/2008 e alterações posteriores):

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Pr Passivo Circulante + Exigível a Longo Praz				
SG = Passivo Cir	Ativo Total culante + Exigível a Longo Prazo			
	LC = Ativo Circulante Passivo Circulante			

- c) Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis <u>intermediárias</u>, referentes ao exercício em curso, na forma da Lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.
- d) Empresa criada no exercício em curso: fotocópias do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado (chancelado) na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- e) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente e pelo Diretor da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- f) Os balanços emitidos via Sistema Público de Escrituração Fiscal Digital Sped Fiscal, serão aceitos devidamente autenticados, mediante recibo de entrega emitido pelo sped, conforme autoriza o art. 78 A, §1.º e § 2.º do Decreto n.º 1.800/1996, alterado pelo Decreto n.º 8.683/2016.
- g) Caso os **índices citados** na alínea "b" anterior demonstrem resultados **iguais ou inferiores a 1 (um)**, a licitante deverá **comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**, por meio da apresentação do **balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta (<u>Acórdão TCU nº 1214/2013-Plenário</u> e <u>IN SLTI n.º</u> 02/2008 e alterações posteriores).
- h) A justificativa de se exigir a demonstração da qualificação econômico-financeira das licitantes foi por demais salutar, eis que, atendendo ao princípio da continuidade do serviço público, evitem-se paralisações por deficiência de recursos monetários. O objetivo é o de poder verificar a saúde financeira da licitante, evitando a participação de empresas que apresentem dependência econômica, isto é, aquelas que não possam executar os serviços às próprias expensas.
  - 15.6.4 A **Qualificação Técnica** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- a) ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que, individualmente ou somados, comprove(m) ter a licitante executado fornecimento compatível em características, quantidades e prazo de no mínimo 30% (trinta por cento) do objeto desta licitação.
- b) Forma de apresentação do(s) atestado(s) ou declaração(ões): O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deve(m) ser fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a identificação da empresa ou do órgão fornecedor, emitido sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas e assinados por quem tenha competência para expedi-los. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser datado(s) e assinado(s) e deverá conter informações que permitam a identificação correta do contratante e do fornecedor, tais como:
  - ▶ Nome, CNPJ, endereço e telefone do emitente do documento;
  - ▶ Nome, CNPJ e endereço da empresa que forneceu ao emitente;
  - ▶ Identificação do signatário (nome, cargo ou função que exerce junto à emitente).
- c) Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.
  - Os atestados deverão referir-se a fornecimentos prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
  - 15.6.5 Apresentação das seguintes Declarações:

- a) Declaração de que não utiliza, direta ou indiretamente, mão de obra de menores conforme as disposições contidas no art. 7, XXXIII da Constituição Federal de 1988, de acordo com o modelo do *ANEXO V* deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante.
- b) **Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo** nos termos do modelo constante do **ANEXO VII**, deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante.
- c) **Declaração expressa**, conforme modelo constante no **ANEXO X** de que o sócio ou diretor não ocupa cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança, no Município de Chã Grande.
- d) **Declaração expressa**, conforme modelo constante no **ANEXO VI** de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.
- e) **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, de acordo com o modelo do **ANEXO VIII** deste edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante.
- f) Declaração de Opção para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o modelo do ANEXO IX deste edital; deverá comprovar tal condição mediante Certidão Simplificada, emitida pela junta comercial competente, e/ou Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm">http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm</a> com data de GERAÇÃO e EXPEDIÇÃO dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante.
- 15.7 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples.
  - 15.7.10 Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 15.8 Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos, exceto aqueles previstos em legislação específica.
- 15.9 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
  - 15.9.1Em nome da licitante, preferencialmente, com número do CNPJ e com endereço receptivo:
    - a) Se a licitante for a matriz todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou;
    - b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 15.10 Documentos apresentados com validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente.
  - 15.10.1 Todas as certidões exigidas deverão estar dentro de seus prazos de validade, sob pena de inabilitação do licitante. As certidões que não mencionarem o prazo de validade serão consideradas válidas por **30 (trinta) dias** da data da emissão, salvo disposição contrária em lei ou em regulamento a respeito. No que se refere à comprovação de inscrição no **CNPJ**, a sua atualização compreenderá o prazo máximo de **180 (cento e oitenta) dias** da data da emissão, salvo disposição contrária em lei ou em regulamento a respeito.

- 15.11 A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar também, o decreto ou ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade exigir.
- 15.12 Como condição para retirada da nota de empenho, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

#### 16 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 16.1 A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada no prazo de até **24** (**vinte e quatro horas**) ininterruptas, desprezando-se a contagem de horas aos sábados, domingos e feriados (Nacional, do Estado de Pernambuco ou os oficialmente decretados pelo Município de Chã Grande/PE), sendo contados da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
  - 16.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.
  - 16.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento.
- 16.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
  - 16.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 16.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
  - 16.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 16.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 16.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 16.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

### 17 - DOS RECURSOS

- 17.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 17.2. Havendo quem se manifeste, caberá o Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

- 17.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 17.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 17.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 17.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 17.5. A sessão pública poderá ser reaberta:
  - 17.5.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
  - 17.5.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 17.6. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.
  - 17.6.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou, ainda de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 17.7. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Sistema da LICITANET Licitações Eletrônicas, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais devidamente atualizados.

## 18 – DA ADJUDIÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 18.1. O objeto deste certame será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação.
- 18.2. O objeto deste pregão será adjudicado à licitante vencedora.
- 18.3. A homologação deste pregão compete à autoridade superior.

#### 19 - DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 19.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: <a href="mailto:chagrandelicitacao@gmail.com">chagrandelicitacao@gmail.com</a>, ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: <a href="mailto:Centro">Centro</a> Administrativo Avenida São José, 101, Centro, Chã Grande PE, CEP: 55.636-000 Pregão Eletrônico n°. 004/2023.

- 19.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 19.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 19.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereco indicado no Edital.
- 19.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

#### 20 - RECURSO

- 20.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá no prazo máximo de **15 (quinze) minutos**, na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de até **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 20.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do **subitem 20.1**, importará na **decadência** desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 20.3. A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.
- 20.4. O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 20.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, conforme o art. 109 § 2º da lei 8.666/93.
- 20.6. Decididos os recursos e constada à regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 20.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como, os que não forem registrados no Sistema.
- 20.8. Os autos do processo permanecerão à disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação, localizada no CENTRO ADMINISTRATIVO, situado na Avenida São José, nº 101, Centro, CEP 55.636-000, Chã Grande/PE. Fone: (81) 3537.1140 Ramal 27.

## 21 - DO PREGOEIRO, EQUIPE DE APOIO E DA AUTORIDADE SUPERIOR

- 21.1. Caberá ao Pregoeiro as atribuições dispostas no art. 17, do Decreto Federal nº 10.024/2019.
- 21.2. A Autoridade Superior caberá:
  - 21.2.1. Adjudicar o objeto deste Pregão à licitante vencedora, se houver interposição de recurso;
  - 21.2.2. Homologar o resultado;

- 21.2.3. Promover a contratação correspondente a este Pregão, em conjunto com os Gestores Municipais;
- 21.2.4. Anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;
- 21.2.5. Revogar este Pregão se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.
- 21.3. O Pregoeiro juntamente com a Equipe de Apoio poderá relevar simples falhas, omissões ou inobservância de alguma exigência do Pregão, quando não interferirem ou influírem na habilitação e julgamento das propostas, e é vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente na proposta.
- 21.4. O Pregoeiro ou autoridade superior buscarão subsídios em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto do objeto desta licitação.

#### 22 - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

- 22.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, item por item, convocará os licitantes vencedores para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, assinarem a Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.
  - 22.1.1. Em não comparecendo, tempestivamente, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante convocado decairá do seu direito à Contratação, conforme preceitua o Art. 4º, incisos XXII e XXIII, da Lei nº 10.520/2002.
  - 22.1.2. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços, de até 03 (três) dias úteis definido no item **22.1** anterior, poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, durante o prazo transcurso, e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 22.2. A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura Contratação da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande ou dos Interessados, e destina-se ao registro dos preços e a subsidiar o acompanhamento destes. A Ata indicará o fornecedor, o órgão contratante e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas neste Edital, item a item.
- 22.3. Com a assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa que teve seu preço registrado assume o compromisso de atender, durante o prazo de vigência os pedidos realizados, observado os quantitativos estimados.
- 22.4. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio de Contratados com a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande e/ ou diretamente com os interessados.
- 22.5. O licitante registrado fica obrigado a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, desde que não ultrapassem a estimativa de quantitativos de unidades a serem pedidas.
- 22.6. Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

22.7. Se o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, ou recusar-se a assinar o referido instrumento, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a referida Ata, e, assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

#### 23 - DO PAGAMENTO

- 23.1 Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à contratada.
  - 23.1.1 Os pagamentos serão realizados integralmente, em correspondência com os materiais efetivamente entregues no mês anterior ao do pagamento.
  - 23.1.2 A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Secretaria de Finanças do Município de Chã Grande/PE, Localizada na Avenida São José, n° 101, Centro, Chã Grande/PE, CEP: 55.636-000.

## 23.2 Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, e INSS expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.
- 23.3 O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.
- 23.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 23.5 Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.
- 23.6 A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso o prazo previsto no subitem 18.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.
- 23.7 Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.
- 23.8 A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.
- 23.9 Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato.
  - 23.9.1 Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 65, inciso II, *d* da Lei 8.666/93 mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento (s).

23.10 Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

## 23.11 Atualização Monetária:

23.11.1 Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

## 24 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 24.1 Considerando que o registro de preços é um mecanismo para formação de banco de preços de fornecedores, é desnecessária, por ocasião do edital, a indicação da respectiva dotação orçamentária, sendo exigível apenas quando da efetiva contratação/e ou emissão de empenho; **conforme o art. 7º, § 2º, do Decreto Federal Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013**.
- 24.2 As despesas decorrentes da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** ocorrerão pela fonte de recurso do órgão(s) do sistema de registro de preços, a ser informada quando da lavratura do instrumento contratual ou outro instrumento que o substitua, cujos elementos de despesas constarão nos respectivos contratos e nota de empenho, observadas as condições estabelecidas no processo licitatório.

## 25 - DA REVISÃO DE PREÇOS

- 25.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 12, § 1º, do Decreto Federal Nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.
  - 25.1.1. O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados.
- 25.2. Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, torna-se superior ao preço praticado no mercado, o Município de Chã Grande convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado.
  - 25.2.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
  - 25.2.2. Na hipótese do subitem anterior, a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do Processo Licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.
- 25.3. Quando o preço de mercado para determinado item torna-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande poderá:
  - 25.3.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento.
  - 25.3.2. Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação.

25.4 Não havendo êxito nas negociações, a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande procederá à revogação do Item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

## 26 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 26.1 O licitante registrado terá seu registro cancelado quando:
  - 26.1.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
  - 26.1.2 Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
  - 26.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
  - 26.1.4 Tiver presente razões de interesse público.
- 26.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.
- 26.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

## 27 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PRECOS

- 27.1 Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame objeto deste Edital, mediante prévia consulta a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande, desde que devidamente comprovada à vantagem.
  - 27.1.1 Os órgãos e entidades que não participaram do Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande, para que esta indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.
  - 27.1.2 Caberá aos fornecedores beneficiários da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos interessados que ainda irão aderir à Ata de Registro de Preços, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
  - 27.1.3 As aquisições ou contratações adicionais por outros órgãos/entidades não poderão exceder, por órgão/entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

## 28 - DAS OBRIGAÇÕES DO(S) LICITANTE(S) REGISTRADOS

- 28.1 Compete aos licitantes registrados envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, e ainda a:
  - 28.1.1 Assinar a Ata de Registro de Preços.

- 28.1.2 Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, do Edital e da Ata de Registro de Preços.
- 28.1.3 Entregar os produtos no(s) prazo(s) máximo(s) determinado(s) no termo de Referência **Anexo I**, deste Edital.
- 28.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste Edital seus anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados.
- 28.1.5 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Chã Grande, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 28.1.6 Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, representantes, concessionárias, técnicos ou quaisquer outros.
- 28.1.7 Manter durante toda a execução do objeto da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos.
- 28.1.8 Informar a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande ou ao Interessado, a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente, na regularidade do Fornecimento.

## 29 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 29.1 A entrega deverá ser realizada nos quantitativos informados nas ordens de fornecimento geradas pelas Secretarias e Órgãos solicitantes do Município de Chã Grande.
- 29.2 O transporte, carga e a descarga dos Acessórios e Instrumentos Musicais correrão por conta da Contratada, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a Prefeitura.
- 29.3 O preço proposto deverá conter todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado.

### 30 – DO PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 30.1 O Fornecimento será efetuado de forma parcelada após a emissão da Ordem de Fornecimento, gerada pela Secretaria Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude do Município de Chã Grande, e enviada por meio eletrônico ou correio.
- 30.2 O prazo para entrega dos Acessórios e Instrumentos Musicais será de máximo de **10 (dez) dias corridos**, e a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude do Município de Chã Grande, para entregar os Acessórios e Instrumentos Musicais solicitados.
- 30.3 Os Acessórios e Instrumentos Musicais deverão ser entregues no Almoxarifado Central, localizado na Rua Joaquim José Miranda, nº 19-A Manoel Simões Barbosa Chã Grande PE (Salão Paroquial).
- 30.4 Os materiais serão recebidos da seguinte forma:
  - 30.4.1 <u>Provisoriamente</u> mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa

credenciada pela CONTRATANTE.

- 30.4.2 <u>Definitivamente</u> sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.
- 30.5 Os Acessórios e Instrumentos Musicais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidade e exigências constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 30.6 A(s) Contratada(s) ficará(ão) obrigada(s) a trocar(em) o(s) produto(s) que vier(em) a ser(em) recusado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) no Anexo II, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevância das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) material(s) será de até 05 (cinco) dias contados em dias úteis, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 30.7 Na hipótese de a verificação do subitem 30.4 não ser realizada dentro do prazo fixado, reputarse-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 30.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 30.9 Os Acessórios e Instrumentos Musicais serão recebidos de modo imediato e definitivo, sendo de responsabilidade do fornecedor beneficiário os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.
- 30.10 Os Acessórios e Instrumentos Musicais ofertados deverão ser acondicionados conforme praxe do fabricante, garantindo sua total integridade até o uso. Rotulado conforme legislação vigente. O material ofertado deverá atender aos dispositivos da lei n° 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações vigentes.
- 30.11 O transporte, carga e a descarga dos Acessórios e Instrumentos Musicais correrão por conta do(s) licitante(s) vencedor(es), sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude Município de Chã Grande.
- 30.12 Os Acessórios e Instrumentos Musicais definidos no anexo II deste Edital deverão ser novos e originais, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios, em embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega.
- 30.13 Os Acessórios e Instrumentos Musicais que não obedecerem às especificações do Termo de Referência serão devolvidos para substituição imediata, sem ônus para a Contratante.
- 30.14 O recebimento definitivo ocorrerá depois de cumpridas às exigências dos itens anteriores, ocasião em que as Notas Fiscais serão atestadas e encaminhadas à Secretaria de Finanças para as providências de agendamento/pagamento.

#### 31 – DO LOCAL DE ENTREGA

- 31.1 Os Acessórios e Instrumentos Musicais deverão ser entregues em até **10 (dez) dias corridos**, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pela Secretaria Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude do Município de Chã Grande, **no horário de 07h00min as 13h00min.**
- 31.2 O local da entrega deverá ser no Almoxarifado Central, localizado na Rua Joaquim José Miranda, nº 19-A Manoel Simões Barbosa Chã Grande PE (Salão Paroquial).

31.3 Fica a critério do(s) licitante(s) a realização antecipada da visita a Secretaria de Governo para prévio conhecimento dos locais de entrega.

### 32 - DA METODOLOGIA DAS AMOSTRAS

- 32.1 O Classificado em 1º lugar deverá apresentar, a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude, no prazo de **até 02 (dois) dias corridos** após ser convocado pelo Pregoeiro, 01 (uma) amostra <u>de todos os Acessórios</u>, de acordo com a embalagem de cada produto correspondente a descrição dos respectivos itens, na **Diretoria de Educação**, na Avenida Vinte de Dezembro, nº 100 Bairro: Dom Helder Câmara Chã Grande-PE, no horário das 07h00min às 12h00min, de acordo com os Anexos I e II, deste Edital.
- 32.2 As amostras devem vir relacionadas por itens, em papel timbrado ou com carimbo da empresa classificada em primeiro lugar (Razão Social, CNPJ, Endereço) e apresentadas nas embalagens originais de fabricação.
- 32.3 As amostras serão analisadas pelo **Professor Músico da Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude** emitindo-se ao fim das avaliações parecer circunstanciado pelo Professor Responsável Técnico, com vistas a confirmar a compatibilidade do objeto ofertado com a especificação constante neste instrumento convocatório.
- 32.4 A licitante que não apresentar a amostra do objeto licitado no prazo estabelecido no subitem 32.1, conforme descriminação constante nos Anexos I e II, deste Edital, será **desclassificada do certame licitatório**.
- 32.5 O objeto apresentado como amostra poderá ser submetido a testes necessários. Será rejeitada a amostra que for de qualidade inferior e/ou incompatível em relação às especificações constantes no Anexo II, deste Edital.

#### 33 - DAS PENALIDADES

- 33.1 Com fundamento no Art. 7° da Lei Federal n.º 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento), do valor estimado para ARP e demais cominações legais, nos seguintes casos:
  - 33.1.1 Apresentar documentação falsa;
  - 33.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 33.1.3 Falhar na execução do contrato:
  - 33.1.4 Não assinar a Ata de Registro de Preços e Contrato no prazo estabelecido;
  - 33.1.5 Comportar-se de modo inidôneo:
  - 33.1.6 Não mantiver a proposta;
  - 33.1.7 Deixar de entregar documentação exigida no certame;
  - 33.1.8 Cometer fraude fiscal;
  - 33.1.9 Fizer declaração falsa.
- 33.2 Para condutas descritas nos subitens 33.1.1., 33.1.4, 33.1.5, 33.1.6, 33.1.7; 33.1.8 e 33.1.9, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 33.3 O retardamento da execução previsto no subitem 33.1.2., estará configurado quando a Contratada:
  - 33.3.1 Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 07 (sete) dias, contados da data constante na ordem de fornecimento;
  - 33.3.2 Deixar de realizar, sem causa justificada, as obrigações definidas no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

- 33.4. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o subitem 33.1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do subitem 33.7.
- 33.5. A falha na execução do contrato prevista no subitem 33.1.3. estará configurada quando a Contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item 33.7. desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

TABELA 1

Grau da Infração	Pontos da Infração	
1	2	
2	3	
3	4	
4	5	
5	8	
6	10	

- 33.6. O comportamento previsto no subitem 33.5. estará configurado quando a Contratada executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
- 33.7. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**TABELA 2** 

Grau	Correspondência					
1	0,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.					
2	0,4% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.					
3	0,8% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.					
4	1,6% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.					
5	3,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.					
6	4,0% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.					

### **TABELA 3**

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Executar fornecimento incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por Ocorrência
2	Fornecer informação pérfida de fornecimento ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por Ocorrência
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos contratados.	6	Por dia e por tarefa designada
4	Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por Ocorrência
5	Recusar a execução de fornecimento determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por Ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por Ocorrência
7	Retirar das dependências do Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato,	1	Por item e por ocorrência

sem autorização prévia.	
-------------------------	--

## PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela Fiscalização.	1	Por Ocorrência
10	Cumprir determinação da Fiscalização para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por Ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.	2	Por Ocorrência
12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
13	Entregar a garantia contratual eventualmente exigida nos termos e prazos estipulados.	1	Por dia

- 33.8 A sanção de multa poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 33.1 desta cláusula.
- 33.9 As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a Contratada cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual.
- 33.10 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade PAAP, devendo ser observado o disposto no Decreto Estadual nº 42.191/2015 e no Decreto Estadual nº 44.948/2017.,
- 33.11 A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado.
- 33.12 Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no item 33.11. acima, o contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.
- 33.13 Decorrido o prazo previsto no item 33.14., o contratante encaminhará a multa para cobrança judicial.
- 33.14 A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

#### 34 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 34.1 Esta Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico poderá ser revogada por interesse da Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude do Município de Chã Grande, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que as licitantes tenham direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 50 do Decreto nº 10.024/2019.
- 34.2 Qualquer modificação no presente **EDITAL** será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da Proposta.
- 34.3 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

- 34.4 Para fins de aplicação das sanções administrativas previstas no Termo de Referência o lance é considerado proposta.
- 34.5 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 34.6 O edital estará à disposição dos interessados na internet, no endereço eletrônico: <a href="https://www.licitanet.com.br">https://www.licitanet.com.br</a> e <a href="http://transparencia.chagrande.pe.gov.br/app/pe/cha-grande/1/quadro-de-avisos/217">https://transparencia.chagrande.pe.gov.br/app/pe/cha-grande/1/quadro-de-avisos/217</a>
- 34.7 Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília DF. Desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 34.8 Aplicam-se a presente licitação, subsidiariamente, a Lei n. 8.078, de 11 de novembro de 1990 Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e demais normas legais pertinentes.
- 34.9 Toda comunicação oficial ocorrerá no campo próprio do Sistema eletrônico (Avisos/Esclarecimentos/Impugnações), por e-mail ou publicação nos Diários Oficiais/Jornais de Grande Circulação, nos termos da legislação.
- 34.10 Os recebimentos dos produtos serão provisórios até a verificação da sua conformidade com as especificações do edital e da proposta.
- 34.11 São partes indissociáveis deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência:

ANEXO II - Relação dos Itens:

ANEXO III - Modelo da Ata de Registro de Preço;

ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preços:

ANEXO V - Modelo de Declaração do Cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da CF;

ANEXO VI - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação;

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação;

ANEXO VIII - Modelo Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

ANEXO IX - Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

ANEXO X - Modelo de Declaração sócio ou diretor de que não ocupa cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confiança, no Município de Chã Grande;

ANEXO XI - Minuta de Contrato.

Chã Grande - PE, 27 de janeiro de 2023.

Mannix de Azevêdo Ferreira -Pregoeiro-

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2023

## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

#### 1.0 - OBJETO:

Registro de Preços por item, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futura Aquisição com entrega parcelada de Acessórios e Instrumentos Musicais destinados as Bandas Marciais das Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades constantes no presente *Termo de Referência*.

#### 2.0 - DA JUSTIFICATIVA:

- 2.1. A valorização e o investimento no Ensino Fundamental Séries/Anos finais, está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), além de pauta de discussão da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica. Com um grau maior de maturidade, os alunos do Ensino Fundamental Séries/Anos finais carecem de práticas pedagógicas desafiadoras e inovadoras. Por esse motivo, serão atendidos por ações pedagógicas que destina instrumentos musicais para escolas da rede municipal de ensino.
- 2.2. Objetivando melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes. O uso de instrumentos musicais na educação poderá ser usado na ampliação do currículo nas Escolas de Ensino Fundamental Séries/Anos Finais, principalmente no componente curricular Artes.
- 2.3. Em atendimento à RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, em seu artigo 14, parágrafo 1º, letra d, a Arte deverá integrar a base nacional comum nacional, em suas diferentes formas de expressão, incluindose a música.
- 2.4. A educação em Arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracteriza um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas (Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.)
- 2.5. Um dos principais aspectos que a música representa no processo de ensino-aprendizagem é o estímulo ao uso dos sentidos pelo aluno. Qualquer experiência musical, independentemente do estilo e dos instrumentos utilizados, promove maior habilidade de observação, localização, compreensão, descrição e representação em quem toca e quem houve.
- 2.6. Vale ainda esclarecer que os produtos previstos neste Termo, por possuírem características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, enquadram-se na classificação de "bens comuns", nos termos da Lei n.º 10.520/2002 e do Decreto n.º 7.892/2013, que regulamentam a modalidade Pregão Eletrônico.
- 2.7. O presente Termo de Referência foi elaborado de acordo com o Ordenamento Jurídico Nacional que regulamenta o processo de aquisições para a Administração Pública: Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Sistema de Registro de Preços com o Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, constituindo peça integrante, indispensável e inseparável do processo licitatório, visando viabilizar a aquisição dos Instrumentos Musicais, conforme descritos neste Termo de Referência.

## 3.0 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

- 3.1 Os bens a serem adquiridos se classificam como bens de natureza comum, nos termos da Lei 10.520/02.
- 3.2 O critério de julgamento é o menor preço por ITEM.
- 3.3 Os produtos a serem adquiridos pela Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande serão aqueles descritos no **Anexo II** deste Edital.
- 3.4 O prazo de validade dos produtos, não poderá ser inferior a 06 (seis) meses contados a partir da data de entrega dos respectivos produtos solicitado na Ordem de fornecimento emitida pelo Departamento e Responsável da Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude.
- 3.5 A entrega deverá ser realizada nos quantitativos informados nas ordens de fornecimento gerado pela Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude.
- 3.6 O transporte, carga e a descarga dos gêneros correrão por conta da Contratada, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a Prefeitura.
- 3.7 O preço proposto deverá conter todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado.

## 4.0 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 O Fornecimento será efetuado de forma parcelada após a emissão da Ordem de Fornecimento, gerada pela Secretaria Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude do Município de Chã Grande, e enviada por meio eletrônico ou correio.
- 4.2 O prazo para entrega dos Acessórios e Instrumentos Musicais será de máximo de **10 (dez) dias corridos**, e a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude do Município de Chã Grande, para entregar os Acessórios e Instrumentos Musicais solicitados.
- 4.3 Os Acessórios e Instrumentos Musicais deverão ser entregues no Almoxarifado Central, localizado na Rua Joaquim José Miranda, nº 19-A Manoel Simões Barbosa Chã Grande PE (Salão Paroquial).
- 4.4 Os materiais serão recebidos da seguinte forma:
  - 4.4.1 <u>Provisoriamente</u> mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela CONTRATANTE.
  - 4.4.2 <u>Definitivamente</u> sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.
- 4.5 Os Acessórios e Instrumentos Musicais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidade e exigências constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 4.6 A(s) Contratada(s) ficará(ão) obrigada(s) a trocar(em) o(s) produto(s) que vier(em) a ser(em) recusado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) no Anexo II, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevância das sanções previstas na legislação vigente. O prazo

para entrega do(s) novo(s) material(s) será de até 05 (cinco) dias contados em dias úteis, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 4.7 Na hipótese de a verificação do subitem 4.4 não ser realizada dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.8 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.9 Os Acessórios e Instrumentos Musicais serão recebidos de modo imediato e definitivo, sendo de responsabilidade do fornecedor beneficiário os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.
- 4.10 Os Acessórios e Instrumentos Musicais ofertados deverão ser acondicionados conforme praxe do fabricante, garantindo sua total integridade até o uso. Rotulado conforme legislação vigente. O material ofertado deverá atender aos dispositivos da lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações vigentes.
- 4.11 O transporte, carga e a descarga dos Acessórios e Instrumentos Musicais correrão por conta do(s) licitante(s) vencedor(es), sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude Município de Chã Grande.
- 4.12 Os Acessórios e Instrumentos Musicais definidos no anexo II deste Edital deverão ser novos e originais, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios, em embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega.
- 4.13 Os Acessórios e Instrumentos Musicais que não obedecerem às especificações do Termo de Referência serão devolvidos para substituição imediata, sem ônus para a Contratante.
- 4.14 O recebimento definitivo ocorrerá depois de cumpridas às exigências dos itens anteriores, ocasião em que as Notas Fiscais serão atestadas e encaminhadas à Secretaria de Finanças para as providências de agendamento/pagamento.

### 5.0 - DO LOCAL DE ENTREGA

- 5.1 Os Acessórios e Instrumentos Musicais deverão ser entregues em até **10 (dez) dias corridos**, contado do recebimento da Ordem de Fornecimento, emitida pela Secretaria Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude do Município de Chã Grande, **no horário de 07h00min as 13h00min.**
- 5.2 O local da entrega deverá ser no Almoxarifado Central, localizado na Rua Joaquim José Miranda, nº 19-A Manoel Simões Barbosa Chã Grande PE (Salão Paroquial).
- 5.3 Fica a critério do(s) licitante(s) a realização antecipada da visita a Secretaria de Governo para prévio conhecimento dos locais de entrega.

#### 6.0 - DA METODOLOGIA DAS AMOSTRAS

- 6.1 O Classificado em 1º lugar deverá apresentar, a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude, no prazo de **até 02 (dois) dias corridos** após ser convocado pelo Pregoeiro, 01 (uma) amostra <u>de todos os Acessórios</u>, de acordo com a embalagem de cada produto correspondente a descrição dos respectivos itens, na **Diretoria de Educação**, na Avenida Vinte de Dezembro, nº 100 Bairro: Dom Helder Câmara Chã Grande-PE, no horário das 07h00min às 12h00min, de acordo com os Anexos I e II, deste Edital.
- 6.2 As amostras devem vir relacionadas por itens, em papel timbrado ou com carimbo da empresa classificada em primeiro lugar (Razão Social, CNPJ, Endereço) e apresentadas nas embalagens

originais de fabricação.

- 6.3 As amostras serão analisadas pelo **Professor Músico da Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude** emitindo-se ao fim das avaliações parecer circunstanciado pelo Professor Responsável Técnico, com vistas a confirmar a compatibilidade do objeto ofertado com a especificação constante neste instrumento convocatório.
- 6.4 A licitante que não apresentar a amostra do objeto licitado no prazo estabelecido no subitem 6.1, conforme descriminação constante nos Anexos I e II, deste Edital, será **desclassificada do certame licitatório**.
- 6.5 O objeto apresentado como amostra poderá ser submetido a testes necessários. Será rejeitada a amostra que for de qualidade inferior e/ou incompatível em relação às especificações constantes no Anexo II, deste Edital.

## 7.0 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1 Realizar os fornecimentos em conformidade com o Contrato.
- 7.2 Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução do Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;
- 7.3 Fornecer os Acessórios e Instrumentos Musicais sempre dentro de seu prazo de validade, quando for o caso.
- 7.4 Acatar e facilitar a ação da fiscalização da Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande, cumprindo as exigências da mesma.
- 7.5 Responsabilizar-se pelo transporte dos Acessórios e Instrumentos Musicais, de seu estabelecimento até o local determinado pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande, bem como pelo seu descarregamento.
- 7.6 Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste Termo de Referência, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.
- 7.7 Substituir imediatamente os Acessórios e Instrumentos Musicais em desconformidade com as especificações, sem ônus para a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.
- 7.8 Comunicar a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução do Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, se for o caso, providenciando a devida correção, quando for o caso.
- 7.9 Não transferir a outrem, o objeto do Contrato.
- 7.10 Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou Contrato, os fornecedores também deverão apresentar declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou do Contrato.

7.11 Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

## 8.0 - DA GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

8.1. Durante a vigência do contrato, fica designado o servidor **Joel Gomes da Silva**, Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude, matrícula 000467, como **GESTOR DO CONTRATO**, e o servidor **Jailson José Alves**, Professor Músico, matrícula 866, como **FISCAL DO CONTRATO**, que será responsável pelo acompanhamento da evolução do contrato.

## 9.0 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1 Promover o recebimento do objeto contratual nos prazos fixados para tal, o que em nenhuma hipótese eximirá a Contratada da responsabilidade civil, administrativa, tributária, trabalhista e penal;
- 9.2 Promover o pagamento na forma determinada neste instrumento;
- 9.3 Exigir cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

## 10.0 - VALOR REFERENCIAL DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

## 10.1 Valor Referencial

- 10.1.1 O valor estimado para custeio do objeto contratual a ser pago pela aquisição destes Acessórios e Instrumentos Musicais será informado pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande através de seu departamento responsável mediante cotações de preços.
- 10.1.2 O valor estimado constituir-se-á em mera previsão dimensionada, não estando a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande obrigada a contratá-la em sua totalidade, e não cabendo à Contratada o direito de pleitear qualquer tipo de reparação, portanto a Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a verba prevista.

#### 10.2 Forma de Pagamento

- 10.2.1 Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à contratada.
- 10.2.2 Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com o produto efetivamente entregue no mês anterior ao do pagamento.
- 10.2.3 A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Secretaria de Finanças do Município de Chã Grande situada na Avenida São José, nº 101, Centro, Chã Grande/PE, CEP: 55636-000.
- 10.2.4 Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:
  - a) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
  - b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, e INSS expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.
- 10.2.5 O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.
- 10.2.6 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
- 10.2.7 Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.
- 10.2.8 A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada, para correção e nesse caso o prazo previsto no subitem 10.2.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.
- 10.2.9 Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.
- 10.2.10 A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.
- 10.2.11 Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato.
  - Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 65, inciso II, d da Lei 8.666/93 mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento (s).
- 10.2.12 Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.
- 10.2.13 Atualização Monetária:
  - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

Chã Grande – PE, 27 de janeiro de 2023.

Jailson José Alves Professor Músico Matrícula 866

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023

### PROCESSO LICITATÓRIO № 007/2023

### **ANEXO II - RELAÇÃO DOS ITENS**

### ITENS – EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (artigo 48, III da Lei 123/2006).

		123/2006	'- 		Voles	Valer
Item	Descrição	Código BR	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Bag para bateria extra luxo	BR466867	Unidade	01	1.530,20	1.530,20
02	Banco para bateria acustica	BR469134	Unidade	01	494,64	494,64
03	Baqueta para caixa marfim	BR445341	Par	10	36,74	367,40
04	Baquetas para bateria 5 A Hickory	BR445341	Par	20	52,05	1.041,00
05	Baquetas para bateria 7 A Hickory	BR445340	Par	08	47.80	382,40
06	Baquetas para surdo atabaque	BR445340	Par	20	21,93	438,60
07	Bateria acústica	BR467138	Unidade	01	7.061,30	7.061,30
08	Bocais para trombone calibre fino	BR486030	Unidade	03	127,52	382,56
09	Bocais para trompete 18 C	BR486030	Unidade	03	91,81	275,43
10	Bocal para trombone fino 6 1/2	BR486030	Unidade	04	127,52	510,08
11	Bocal para trompete 14A4A	BR486030	Unidade	03	969,13	2.907,39
12	Bocal para trompete 3C	BR486030	Unidade	06	91,81	550,86
13	Boquilhas para sax alto Eb 7	BR601326	Unidade	03	805,91	2.417,73
14	Braçadeira para clarinete	BR601322	Unidade	04	79,96	319,84
15	Braçadeira para sax alto	BR601322	Unidade	03	79,96	239,88
16	Cabos para baixo	BR600069	Unidades	04	51,01	204,04
17	Caixas para bateria 14 por 6	BR485291	Unidades	04	632,48	2.529,92
18	Caixas para bateria de 13 por 6 1/2	BR485291	Unidades	04	591,68	2.366,72
19	Case completo para bateria	BR466867	Unidade	01	693,34	693,34
20	Case de fibra para pratos	BR466867	Unidade	01	846,36	846,36
21	Case para ferragens de bateria	BR466867	Unidade	01	280,19	280,19
22	Case para sax alto em ABS-GC	BR466867	Unidade	03	356,70	1.070,10
23	Case para sax tenor em ABS-GC	BR466867	Unidade	02	452,34	904,68
24	Clarinetes Bb	BR442154	Unidade Par	04	1.562,29	6.249,16
25 26	Congas compactas Contra baixo 5 cordas	BR485496 BR441711	Unidade	01 01	1.887,25 4.704,53	1.887,25 4.704,53
27	Corneta HI11-25	BR341942	Unidade	02	295,84	591,68
28	Correia para sax alto 75A402	BR467328	Unidade	06	161,20	967,20
29	Creme para vara de trombone	BR465371	Unidade	06	45,26	271,56
30	Cremes para vara de trombone	BR465371	Unidade	15	45,26	678,90
31	Cubo para baixo	BR472008	Unidade	01	1.122,15	1.122,15
32	Cubo pata guitarra	BR472007	Unidade	01	936,72	936,72
33	Encordoamento para guitarra 09	BR445365	Unidade	06	22,55	135,30
34	Encordoamentos extra leve para baixo 5C	BR445366	Unidade	05	77,28	386,40
35	Estante Girafa BC 930	BR466844	Unidade	01	358,77	358,77
36	Estante girafa para pratos	BR466844	Unidade	03	358,77	1.076,31
37	Estante PES0040 madeira para maestro	BR293220	Unidade	01	210,12	210,12
38	Estantes para partituras PES0090	BR293219	Unidade	40	81,61	3.264,40
39	Esticador de esteiras automático para caixa	BR293219	Unidade	03	81,61	244,83
40	Flauta transversal	BR442156	Unidade	05	6.518,65	32.593,25
41	Guitarra Semi Acústica	BR600821	Unidade	01	3.570,47	3.570,47
42	Lubrificantes para pistos	BR465372	Unidade	15	46,33	694,95
43	Maçaneta para surdo bumbo cabo longo	BR601341	Unidade	10	16,32	163,20
44	Maçanetas para bumbo	BR601341	Par	20	32,64	652,80
45	Máquina de chimbal Hi-hat H930 para bateria	BR486090	Unidade	01	448,23	448,23
46	Mesa de som 12 canais analógica MG12 XUK	BR485801	Unidade	01	4.641,61	4.641,61
47	Microfone SN58 com fio	BR470834	Unidade	02	1.354,49	2.708,98
48	Óleo synthetic light para trompete	BR465372	Unidade	10	138,67	1.386,70
49	Palhetas para clarinete Bb Nº 2 1/2	BR445363	caixa	12	374,49	4.493,88
50	Palhetas para clarinete Bb N  3	BR445363	caixa	13	374,49	4.868,37
51	Palhetas para clarinete Bb N  3	BR445363	caixa	07	374,49	2.621,43
52	Palhetas para sax soprano Nº 02 1/2	BR465344	caixa	03	397,85	1.193,55
53	Palhetas sax alto Eb Nº 2 1/2	BR465344	caixa	14	479,46	6.712,44

E A	Dolhataa aay alta Eh NO 2	DD 472204	ooiyo	06	450.40	2.756.00
54	Palhetas sax alto Eb Nº 3	BR473281	caixa	06	459,48	2.756,88
55	Palhetas sax soprano Bb Nº 3	BR473281	caixa ·	06	382,97	2.297,82
56	Palhetas sax tenor Bb Nº 2 1/2	BR473282	caixa ·	14	329,35	4.610,90
57	Palhetas sax tenor Bb Nº 3	BR473282	caixa	08	329,35	2.634,80
58	Pandeiro	BR289110	Unidade	01	867,11	867,11
59	Pedestal para microfones	BR456779	Unidade	02	111,63	223,26
60	Peles de fibras para bongô	BR600396	Unidade	02	149,54	299,08
61	Peles hidráulicas Nº 14	BR466858	Unidade	10	58,62	586,20
62	Peles hidráulicas Nº 20	BR473364	Unidade	80	91,42	731,36
63	Peles hidráulicas Nº 22	BR472276	Unidade	80	109,04	872,32
64	Peles hidráulicas para bateria (10,12/13/16,22)	BR466866	Set	02	286,29	572,58
65	Peles Porosas Nº 14	BR466858	Unidade	16	49,58	793,28
66	Prato China 16	BR486126	Unidade	01	673,29	673,29
67	Prato Crash 16	BR486126	Unidade	01	622,28	622,28
68	Prato Nº 20 para bateria	BR485287	Unidade	01	927,08	927,08
69	Prato Splash de 10	BR467329	Unidade	01	295,84	295,84
70	Sax alto AS 501	BR468671	Unidade	01	26.846,03	26.846,03
71	Sax barítono SB 506	BR473289	Unidade	01	19.948,25	19.948,25
72	Sax soprano Bb	BR473287	Unidade	02	4.478,60	8.957,20
73	Sax tenor Bb	BR468670	Unidade	02	16.700,28	33.400,56
74	Semicase super luxo em couro para trombone de vara	BR466867	Unidade	05	340,18	1.700,90
75	Trombone Baixo; Série Profissional, YBL-620G; Afinação: Bb/F/Eb & Bb/F/D, Material da Campana: Gold brass; Diâmetro da campana: 241mm (9 1/2); Calibre: LL: 14.3mm (0.563); Bocal: BL-58L; com estojo. Obs: Serão aceitos instrumentos com características técnicas iguais ou superiores ao edital. O modelo citado serve apenas como referência.	BR458622	Unidade	01	9.691,27	9.691,27
76	Trombone com rotor	BR458622	Unidade	02	3.252,33	6.504,66
77	Trombone QSL 403	BR468368	Unidade	04	4.488,59	17.954,36
78	Trombones de vara	BR442053	Unidade	03	2.187,92	6.563,76
79	Trompete Bb	BR468379	Unidade	04	17.212,92	68.851,68
80	Trompete	BR458621	Unidade	02	7.509,32	15.018,64
81	Tweetter ST400	BR265596	Unidade	02	859,08	1.718,16

<sup>\*</sup> Valor médio unitário estimado pela Secretaria solicitante, calculado com base nos valores praticados no mercado da região.

Chã Grande - PE, 27 de janeiro de 2023.

Jailson José Alves Professor Músico Matrícula 866

### PREGÃO ELETRÔNICO № 004/2023 REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO № 007/2023

#### **ANEXO III**

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2023

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTES, CUL jurídica de direito público interno, com sede e Foro 100, Dom Helder Câmara, Chã Grande - PE, ins representado pelo seu Gestor e Secretário de Educ da Silva, Brasileira, divorciado, professor e farmaco 04/01/2021, portador da Carteira de Identidade no atribuições legais, neste ato denominado simplesm realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO nos itens abaixo, Homologada em//20 e avençado a presente Ata que, quando publicada,	de 2023, de um lado de um lado a LTURA, TURISMO E JUVENTUDE DE CHÃ GRANDE, pessoa o em Pernambuco, localizado à Avenida Vinte de Dezembro, no cirita no C.N.P.J./MF sob o no 30.005.980/0001-86, neste ato cação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude Sr. Joel Gomes rêuticio, nomeado por meio da Portaria No 005/2021 datada em 25.322.402 SSP/PE, CPF no 027.009.264-12, no uso de suas mente ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, No 004/2023, e de outro lado, a(s) Empresa(s) adjudicatária(s) 023, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do gulamenta o art. 15 da Lei no 8.666/93, observada as condições Cláusulas que se seguem:
Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude preços do(s) fornecedor(es) registrado(s) a seguir recondições estabelecidas no ato convocatório.	: A partir desta data, fica(m) registrado(s) nesta Secretaria de de Chã Grande – PE, observada a ordem de classificação, os elacionado(s), objetivando o compromisso de fornecimento, nas
1.1 – Fornecedor – Item	
Empresa	_, CNPJ N $^{\circ}$ , com sede à
, CEP:	
, representada por seu (sua)	, Sr(a), (nacionalidade, e, (órgão emissor),
estado civil), residente e domiciliado(a) em CPF/MF Nº	, RG N° (organ emissor),
Valor Total registrado: R\$	(POR EXTENSO).
	ajuste com o(s) fornecedor(es) registrado(s) será formalizado mediante assinatura de Contrato, observadas as disposições 3.
2.1 – O compromisso de entrega só estará caracte Preços e Edital de <b>Pregão Eletrônico Nº 004/2023</b>	rizado mediante <b>Contrato</b> , decorrente desta Ata de Registro de .
2.2 – O(s) fornecedor(es) registrado(s), dentro dos pedidos efetuados durante a validade desta Ata de	quantitativos estimados, fica(m) obrigado(s) a atender todos os Registro de Preços.
3 - DO CONTROLE DOS PRECOS PECISTRAD	NOS: A Secretaria de Educação Esportes Cultura Turismo e

3.1 – Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados no Diário Oficial dos Municípios de Pernambuco.

Juventude de Chã Grande adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente

Ata.

**4 – DOS PREÇOS:** A qualquer tempo, conforme previsto no Art. 17 do Decreto nº 7.892/2013, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo a Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

- 4.1 Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, a Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.
- 4.2 Os preços não serão reajustados durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.
- 4.3 O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos.
- 5 DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
- 6 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO: O fornecedor terá seu registro cancelado quando:
- 6.1 descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
- 6.2 não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- 6.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado: e
- 6.4 tiver presente razões de interesse público.
  - 6.4.1 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
  - 6.4.2 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.
- **7 DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.
- **8 DO FORO:** O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de Gravatá/PE, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e Contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Joel Gomes da Silva CPF/MF № 027.009.264-12 Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude	CONTRATADA	
TESTEMUNHAS:		
NOME: CPF:	NOME: CPF:	

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS - ANEXO IV

Modalidade de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO	Nº 004/2023
--	-------------

Senhor Contratante,

Seguindo os ditames editalícios, apresento a Vossa Senhoria a nossa Proposta de Preços para o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023**, que tem por objeto o Registro de Preços por item, consignado em Ata, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futura Aquisição com entrega parcelada de Acessórios e Instrumentos Musicais destinados as Bandas Marciais das Escolas da Rede Municipal de Ensino, formulada da seguinte maneira:

ITEM – EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (artigo 48, III da Lei 123/2006) (de acordo com o Anexo II do Edital)

ITEM	DESCRIÇÃO/ Marca	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.					
2.					
()					

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$(().
Declaramos que a validade desta proposta é de  é de () dias, a contar da data da abertura da mesma.
Declaramos expressamente que, nos preços acima ofertados, estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos inerentes ao objeto contratado.
O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios, será conforme cronograma fornecido pela Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude, a qual formulará periodicamente, tendo a proponente o prazo máximo de <b>10 (dez) dias corridos</b> a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo Departamento Responsável da Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude, para entregar o produto solicitado.
O pagamento deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da entrada das Notas Fiscais no protocolo da Secretaria de Finanças do órgão contratante, localizada na sede Avenida São José, Nº 101, Centro, Chã Grande-PE, e será realizado por meio de Cheque Administrativo ou Ordem Bancária e mediante crédito em conta corrente no domicílio bancário informado na proposta de preços.
Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco, conta corrente nº, agência, e nosso telefone para contato é, fax, e-mail
Atenciosamente,
Cidade - UF, de de 2023.

Diretor ou Representante Legal – RG nº

MODELO DE DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (QUALIFICAÇÃO TRABALHISTA) – ANEXO V

Modalidade de Licitação

PREGÃO ELETRÔNÍCO

Nº 004/2023

	, ins	scrita no CNP	J nº	, por intermédic	de seu
epresentante legal o(	a) Sr(a)	,	portador(a) da (	Carteira de Identi	idade nº
e do	CPF-MF nº		, DECLARA, p	oara fins do disp	osto no
inciso V do art. 27 da L	ei nº 8.666, de 21 d	de junho de 1	993, acrescido p	ela <i>Lei nº 9.854</i> , c	de <i>27 de</i>
outubro de 1999, que	. •		anos em traba	lho noturno, peri	goso ou
nsalubre e não empreç	ja menor de dezes	seis anos.			
Ressalva: emprega me Observação: em caso			-	orendiz ( )	
	Cidade - UF,	de	de 2023.		
-	RA	ZÃO SOCIAL			
		CNPJ:			

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO – ANEXO VI

Modalidade de Licitação

Nº 004/2023

		PREGÃC	ELETRÔNÍCO	N° 004/2023
da carteira de identida penas da Lei, que te atendimento às exigên	rermédio do seu represe ade nº, e emos pleno conhecimer cias de Habilitação do Co cadas, conforme legislaç Cidade - UF, de	entante legal expedida pe nto e preen ertame acim ão pertinent	, inscrita no ( , Sr(a), elo, chemos todos os a identificado, cien e.	Declara sob as requisitos para
		SOCIAL PJ:		

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO – ANEXO VII

_		
	Modalidade de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO	Nº 004/2023
	, declara sob as pena impeditivos para a sua habilita	as da lei que até ação na licitação
Cidade - UF, de	e de 2023.	
RAZÃO CN		
NOME DO REPRES	ENTANTE LEGAL E	

**ASSINATURA** 

# MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA - ANEXO VIII

	_		
		Modalidade de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO	
LICITANTÉ, para fins	, por intermédio d a de Identidade nº	a empresa licitante), ins de seu representante le e do CPF nº, dora l 15.6.5 alínea "e" do Edit Penal Brasileiro, que:	egal o(a) Sr.(a), avante denominada
de maneira independe parte, direta ou indireta	nte pela LICITANTE, e o imente, informado, discu	Pregão Eletrônico Nº 004/ conteúdo da proposta não tido ou recebido de qualqu 004/2023, por qualquer mo	o foi, no todo ou em er outro participante
004/2023 não foi inforn	nada, discutida ou receb	orada para participar do P ida de qualquer outro parti qualquer meio ou por qualq	cipante potencial ou
	ncial ou de fato do Preg	ualquer pessoa, influir na c ão Eletrônico Nº 004/2023	
004/2023 não será, no com qualquer outro pa	todo ou em parte, dire	da para participar do Pre ta ou indiretamente, comu e fato do Pregão Eletrônico	nicado ou discutido
004/2023 não foi, no	todo ou em parte, dire ntegrante do MUNICÍPIO	da para participar do Pre ta ou indiretamente, infor D DE CHÃ GRANDE - PE	mado, discutido ou
(f) que está plenament poderes e informações		rtensão desta declaração e	e que detém plenos
	Cidade - UF, de	e de 2023.	
	RAZÃO S CNI		

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – ANEXO IX

Modalidade de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 004/2023

(NOME DA EMPRESA)	CNPJ nº,
(ENDEREÇO COMPLETO)	, declara, sob as penas da lei, que está
enquadrada como	, nos termos dos incisos I e II do art. 3º da
Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembr	o de 2006, e não tem nenhum dos impedimentos
do § 4º do mesmo artigo, ciente da obrigatori	edade de declarar ocorrências posteriores.
OBSERVAÇÃO: A falsidade desta declaraç	ão caracteriza o crime previsto no artigo 299 do
Código Penal (crime de falsidade ideológio	ca), sem prejuízo das sanções previstas neste
Edital.	

Diretor ou Representante Legal - RG nº

Cidade - UF, ...... de ..... de 2023.

MODELO DE DECLARAÇÃO EXPRESSA, DE QUE O SÓCIO OU DIRETOR NÃO OCUPA CARGO OU FUNÇÃO DE CHEFIA, ASSESSORAMENTO OU FUNÇÃO DE CONFIANÇA, NO MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE – ANEXO X

Modalidade de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 004/2023

		_, CNPJ nº	, sediado à
			declara, sob as penas da
lei, que nenhum dos se	eus proprietários /só	cios / diretor / sócio	o-gerente ocupa cargo ou
função de chefia, as: Grande - PE.	sessoramento ou fu	ınção de confianç	ça no Município de Chã
Cidade – UF	<del>-</del> , de		de 2023.
	(Nome complet	o do declarante)	
	(Nº da Célula	de Identidade)	
	(Assinatura d	do declarante)	

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2023

### **ANEXO XI**

### **MINUTA DE CONTRATO**

			CONTR	ATO N.º	xxxx/2023	•	E SI CELEBRAM A EMPRESA
							S FINS QUE SE
			ESPEC	IFICA.			0 7 1110 402 62
ESPORT Pernambi inscrita n Secretário divorciado 04/01/202 da atribui	ES, CULTUI uco, localizad o C.N.P.J./M o de Educação, Professor 21, portador o ção que lhe o	mês de	JUVEN de Dezer 5.980/00 a, Turisr nomead tidade no L, neste	TUDE DI mbro, nº 1 001-86, n no e Juve o por m 0 5.322.40 ato denoi	E CHÃ GI 00, Dom H este ato re entude Sr. J eio da Po 2 SSP/PE, minado sim	RANDE com elder Câmara, epresentado p loel Gomes d rtaria Nº 005, CPF nº 027.0 plesmente CO	sede e foro em Chã Grande - PE, elo seu Gestor e a Silva, Brasileira, /2021 datada em 09.264-12, no uso NTRATANTE, e a
estabeled represent	ida à ante legal,	Sr./Sr <sup>a</sup> , expedida			, neste	ato represent , portador(a)	tada por seu/sua da carteira de
Processon "/202 piunho de deste con se-lhes su atendidas CLÁUSU ACESSÓ das Esco especifica	o Licitatório 23 - doravant 1993, e mod atrato; pelo es upletivamente as cláusulas LA PRIMEIR RIOS E INST plas da Red ações e quan	a CONTRATADA, p nº 007/2023 — Pre e denominado PRO lificações subseque stabelecido no Edita e, os princípios da T , e condições que s A — DO OBJETO TRUMENTOS MUS e Municipal de En tidades indicadas r	gão Ele DCESSO entes; pe il e seus eoria Ge e enunci - Regis ICAIS, a nsino, d	etrônico r de que se elos termo anexos, p eral dos C iam a seg tro de Pr a fim de a urante o	e regerá per los da propo pelos prece ontratos e a uir:  eços para stender a de período d	B – Ata de Re la Lei Federal osta vencedora itos de direito p as disposições aquisição futu emanda das as le 12 (doze)	gistro de Preços nº 8.666 de 21 de a, parte integrante público, aplicando- de direito privado; ra e parcelada de s Bandas Marciais meses, conforme
Parágrafo	o Primeiro -	dente de transcriçã O presente Contrat		oderá ser	objeto de d	cessão ou tran	sferência, no todo
	LA SEGUND	<b>A - <u>DA FINALIDAI</u></b> s da Secretaria de E					
		A – <u>DO PRAZO</u> – la assinatura, podel					
CLÁUSULA QUARTA - <u>DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO</u> - Atribui-se a esse Contrato o valor de <b>R\$(</b> ) referente ao valor total do objeto previsto na Cláusula Primeira, para a totalidade do período mencionado na Cláusula Terceira, conforme detalhamento a seguir:							
14	<b>F</b>	:fi	l lm:d	Owent	Maraa	Valor	Valor total D¢

Quant.

Marca

unitário R\$

Valor total R\$

Unid.

Especificação

Item

**Parágrafo Primeiro -** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à contratada.

**Parágrafo Segundo -** Os pagamentos serão realizados integralmente, em correspondência com os Acessórios e Instrumentos Musicais efetivamente entregues no mês anterior ao do pagamento.

**Parágrafo Terceiro -** A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Secretaria de Finanças do Município de Chã Grande/PE, Localizada na Avenida São José, n° 101, Centro, Chã Grande/PE.

Parágrafo Quarto - Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- **b)** Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- **c)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

**Parágrafo Quinto –** O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

Parágrafo Sexto - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**Parágrafo Sétimo -** Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

**Parágrafo Oitavo -** A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada, para correção e nesse caso o prazo previsto no parágrafo primeiro será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

Parágrafo Nono - Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

**Parágrafo Décimo -** A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

**Parágrafo Décimo Primeiro -** Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – <u>DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA</u> -** Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

**CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE** – Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato.

**Parágrafo Único -** Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 65, inciso II, *d* da Lei 8.666/93 mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

**CLÁUSULA SETIMA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO –** O fornecimento será efetuado de forma **PARCELADA** após a emissão da Ordem de Fornecimento, gerada pelo Setor Responsável da Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude, e enviada por meio eletrônico ou correio.

Parágrafo Primeiro: O prazo para entrega dos Acessórios e Instrumentos Musicais será em até no máximo 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande, para entregar o(s) produto(s) solicitado(s).

**Parágrafo Segundo:** Os Acessórios e Instrumentos Musicais deverão ser entregues: no Almoxarifado Central, localizado na Rua Joaquim José Miranda, nº 19-A – Manoel Simões Barbosa – Chã Grande – PE (Salão Paroquial).

**Parágrafo Terceiro:** Os Acessórios e Instrumentos Musicais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidade e exigências constantes no Termo de Referência e na proposta.

Parágrafo Quarto: A(s) Contratada(s) ficará(ão) obrigada(s) a trocar(em) o(s) produto(s) que vier(em) a ser(em) recusado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) deste Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevância das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até 48 (quarenta e oito) horas contadas em dias úteis, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**Parágrafo Quinto –** Na hipótese de a verificação do item descrito no Parágrafo Terceiro da Cláusula Sétima deste instrumento, não ser realizada dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**Parágrafo Sexto –** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**Parágrafo Sétimo –** O prazo de validade dos Acessórios e Instrumentos Musicais informados pelo fabricante na embalagem, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contado do recebimento definitivo dos Acessórios e Instrumentos Musicais.

**Parágrafo Oitavo –** Os Acessórios e Instrumentos Musicais serão recebidos de modo imediato e definitivo, sendo de responsabilidade do fornecedor beneficiário os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

**Parágrafo Nono –** O material ofertado deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, garantindo sua total integridade até o uso. Rotulado conforme legislação vigente. O material ofertado deverá atender aos dispositivos da lei n° 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações vigentes.

**Parágrafo Décimo –** Só serão recebidos Acessórios e Instrumentos Musicais cujas marcas confiram com aquelas constantes das Propostas de Preços. Será facultado a Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande de Chã Grande a seu critério, aceitar outras marcas, desde que isso represente vantagem para a Administração.

**Parágrafo Décimo Primeiro –** O transporte, carga e a descarga dos Acessórios e Instrumentos Musicais correrão por conta da Contratada, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

**Parágrafo Décimo Segundo –** Os Acessórios e Instrumentos Musicais definidos na Cláusula Quarta, deste Contrato, deverão ser novos e originais, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios, em embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;

**Parágrafo Décimo Terceiro –** Os Acessórios e Instrumentos Musicais que não obedecerem às especificações do Termo de Referência serão devolvidos para substituição imediata, sem ônus para a Contratante:

**Parágrafo Décimo Quarto –** O recebimento definitivo ocorrerá depois de cumpridas às exigências dos itens anteriores, ocasião em que as Notas Fiscais serão atestadas e encaminhadas à Gerência Financeira para as providências de agendamento/pagamento.

Parágrafo Décimo Quinto – Será designado o servidor Joel Gomes da Silva, Secretário Municipal de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude, matrícula 000467, como GESTOR DO CONTRATO, e o servidor Jailson José Alves, Professor Músico, matrícula 866, como FISCAL DO CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos Acessórios e Instrumentos Musicais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução e determinação, tudo o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados na execução do Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – <u>DA SUBCONTRATAÇÃO</u> –** A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratação cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista necessários à execução do objeto.

**Parágrafo Primeiro** – A Contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte do objeto deste termo de referência, até o limite máximo de 25%, com prévia autorização da Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande.

Parágrafo Segundo – Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratação, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA** – A contratada, além das responsabilidades resultantes da contratação, do cumprimento da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei nº 9.472/97, e demais disposições regulamentares pertinentes ao produto a ser ofertado, obriga-se à:

- a) Efetuar a entrega dos Acessórios e Instrumentos Musicais em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da Proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, apresentação, acondicionamento, utilização, contraindicação e riscos, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.
- **b)** Os Acessórios e Instrumentos Musicais devem estar acompanhados, ainda, de manuais, bulas, cartilhas, notas explicativas, com versão em português, com todas as informações.
- **c)** Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade referente ao fornecimento dos Acessórios e Instrumentos Musicais, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
- **d)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os Artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

- **e)** O dever previsto na letra "d" implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos.
- f) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da licitação.
- **g)** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- h) Manter durante, toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- i) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que se está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Edital e seus anexos.
- j) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.
- **k)** Responsabilizar-se pelo ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao objeto do presente termo de referência.
- I) Responsabilizar-se direta e exclusivamente pela execução do objeto do Termo de Referência e, consequentemente, responder, civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a Contratante ou para terceiros.
- **m)** Manter, permanentemente, representante credenciado para atuar em seu nome e representá-lo junto à Contratante e à Fiscalização, com autoridade para resolver problemas relacionados com o fornecimento dos Acessórios e Instrumentos Musicais ora adquiridos.
- n) Não transferir a outrem, o objeto do Contrato;
- **o)** Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, a marca do produto, nº(s) do(s) lote(s), quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – <u>DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE</u> – São obrigações da Secretaria de Educação, Esportes, Cultura, Turismo e Juventude de Chã Grande**:

- **a)** Promover o recebimento do objeto contratual nos prazos fixados para tal, o que em nenhuma hipótese eximirá a Contratada da responsabilidade civil, administrativa, tributária, trabalhista e penal.
- **b)** Verificar a conformidade dos Acessórios e Instrumentos Musicais recebidos com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- **c)** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;
- **e)** Exigir cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- f) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato;
- **g)** Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- h) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – <u>DAS PENALIDADES</u>** – Com fundamento no Art. 7° da Lei Federal n.º 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento), do valor estimado para ARP e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar na execução do contrato;
- d) Não assinar a Ata de Registro de Precos e Contrato no prazo estabelecido:
- e) Comportar-se de modo inidôneo:
- f) Não mantiver a proposta:
- g) Deixar de entregar documentação exigida no certame:
- h) Cometer fraude fiscal;
- i) Fizer declaração falsa.

**Parágrafo Primeiro** - Para condutas descritas nas alíneas "a", "d", "e", "f", "g"; "h" e "i", será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Segundo - O retardamento da execução previsto na alínea "b", estará configurado quando a Contratada:

- **a)** Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 07 (sete) dias, contados da data constante na ordem de fornecimento;
- **b)** Deixar de realizar, sem causa justificada, as obrigações definidas no contrato por 03 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

**Parágrafo Terceiro** - Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata a alínea "c", o valor relativo às multas aplicadas em razão do Parágrafo Sexto.

**Parágrafo Quarto** - A falha na execução do contrato prevista no subitem "c" estará configurada quando a Contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do item Parágrafo Sexto desta cláusula, respeitada a graduação de infrações conforme a tabela 1 a seguir, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

**TABELA 1** 

Grau da Infração	Pontos da Infração
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

**Parágrafo Quinto** - O comportamento previsto no Parágrafo Quarto estará configurado quando a Contratada executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

**Parágrafo Sexto** - Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

**TABELA 2** 

Grau	Correspondência				
1	0,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.				
2	0,4% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da				

	obrigação.
3	0,8% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.
4	1,6% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.
5	3,2% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.
6	4,0% sobre o valor da ordem de fornecimento a que se refere o descumprimento da obrigação.

#### TABELA 3

TABLEA 3				
Item	Descrição	Grau	Incidência	
1	Executar fornecimento incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por Ocorrência	
2	Fornecer informação pérfida de fornecimento ou substituir material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por Ocorrência	
3	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos contratados.	6	Por dia e por tarefa designada	
4	Utilizar as dependências da Contratante para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por Ocorrência	
5	Recusar a execução de fornecimento determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado.	5	Por Ocorrência	
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por Ocorrência	
7	Retirar das dependências do Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	1	Por item e por ocorrência	

### PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:

8	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
9	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela Fiscalização.	1	Por Ocorrência
10	Cumprir determinação da Fiscalização para controle de acesso de seus funcionários.	1	Por Ocorrência
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização.	2	Por Ocorrência
12	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	3	Por item e por ocorrência
13	Entregar a garantia contratual eventualmente exigida nos termo e prazos estipulados.	1	Por dia

**Parágrafo Sétimo** - A sanção de multa poderá ser aplicada à Contratada juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no *Caput* desta cláusula.

**Parágrafo Oitavo** - As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a Contratada cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual.

**Parágrafo Nono** - Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, devendo ser observado o disposto no Decreto Estadual nº 42.191/2015 e no Decreto Estadual nº 44.948/2017.

**Parágrafo Décimo** - A critério da autoridade competente, o valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao contratado.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no Parágrafo Décimo acima, o contratado será notificado para recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

**Parágrafo Décimo Segundo** - Decorrido o prazo previsto no Parágrafo Décimo Terceiro, o contratante encaminhará a multa para cobrança judicial.

**Parágrafo Décimo Terceiro** - A Administração poderá, em situações excepcionais devidamente motivadas, efetuar a retenção cautelar do valor da multa antes da conclusão do procedimento administrativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO -** A inexecução total ou parcial do presente Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Parágrafo Primeiro – <u>Inadimplemento imputável à contratada</u> - O contratante poderá rescindir administrativamente, o presente Contrato nas hipóteses previstas no artigo 78 I a XII e XVII da Lei 8.666/93 sem que caiba à contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes em processo administrativo regular.

**Parágrafo Segundo –** O presente Contrato poderá ser rescindido consensualmente, mediante a ocorrência da hipótese prevista no inciso XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Terceiro –** O presente Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes; reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração. Artigo 79, II da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Quarto –** Este Contrato poderá ser rescindido judicialmente nos termos da legislação processual vigente. Artigo 79, III da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Quinto** – Quando a rescisão ocorrer com fundamento nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da contratada será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido. Artigo 79 parágrafo 2º da Lei 8.666/93.

**Parágrafo Sexto –** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada. Artigo 79 parágrafo 1º da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – <u>DAS DESPESAS DO CONTRATO</u> – Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato.** 

**Parágrafo Único:** Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do Contrato. Artigo 71 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – <u>DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS</u> –** As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta dos recursos a seguir especificados:

OBS: Será informada quando da lavratura do Instrumento Contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL** – A contratada responderá por perdas e danos que vier a sofrer o contratante, ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da contratada ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou

legais a que estiver sujeita; não excluindo, ou reduzindo esta responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Artigo 70 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES** - A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida dentro dos limites previstos no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES** — As alterações, porventura necessárias, ao bom, e fiel cumprimento do objeto deste Contrato serão efetivadas na forma do artigo 65 da Lei 8.666/93, através de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – <u>DO FORO</u> –** O Foro do presente Contrato será o da comarca de Gravatá/PE, excluído qualquer outro.

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em quatro vias de igual teor, e para um só efeito legal, na presença das testemunhas que também assinam.

Joel Gomes da Silva CPF/MF № 027.009.264-12 Secretário Municipal de Educação, E Cultura, Turismo e Juventudo CONTRATANTE		CONTRATADA	
	TESTEMUNHAS:		
NOME:		NOME:	_